



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH São Simão com capacidade instalada total de 27,0 MW, e a comercial plena em 133.152 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 199 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 25,1 milhões, apresentando um resultado líquido da ordem de R\$ 11,6 milhões. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/12	31/12/11
Circulante		5.143	8.185
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.663	3.840
Contas a receber	6	3.382	4.198
Impostos a compensar		51	110
Despesas antecipadas		43	31
Adiantamentos a funcionários		4	4
Adiantamentos diversos		-	2
Não circulante		103.560	106.578
Ativos vinculados - BNDES	7	3.339	3.561
Depósitos judiciais		563	563
Imobilizado	8	99.343	101.848
Diferido	9	315	606
Total do ativo		108.703	114.763
Passivo			
Circulante		9.290	9.947
Fornecedores		899	1.027
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		25	15
Impostos e contribuições a recolher		169	167
Provisão para férias e 13º salário		108	66
Outras obrigações		3	34
Dividendos a pagar	10	340	808
Financiamentos	11	7.746	7.830
Não circulante		54.604	61.903
Financiamentos	11	54.604	61.903
Patrimônio Líquido		44.809	42.913
Capital social		34.601	34.601
Reserva legal		1.443	858
Reservas de dividendos adicionais propostos		-	7.454
Reserva especial		436	-
Reserva de retenção de lucros		8.329	-
Total do passivo		108.703	114.763

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A São Simão Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 84/2001 e 234/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 27 Mw e uma linha de transmissão de 32 km de extensão. A contratação de energia gerada será feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009. Em 16 de fevereiro de 2009, através do Despacho ANEEL nº 631, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 13,5 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 27 Mw e energia assegurada de 133,1 MWh. O término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a esti-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/12	31/12/11
Receita líquida de vendas	14	24.256	22.885
Custos da venda de energia		(4.409)	(4.892)
Meio ambiente		(243)	(402)
Operação e manutenção		(646)	(1.041)
Taxas setoriais		(69)	(63)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(471)	(469)
Seguros		(125)	(126)
Depreciação e amortização		(2.855)	(2.791)
Lucro bruto		19.847	17.993
Despesas operacionais	15	(1.765)	(1.609)
Despesas administrativas e gerais		(1.538)	(1.400)
Outras despesas operacionais		(227)	(209)
Lucro antes do resultado financeiro		18.082	16.384
Despesas financeiras	16	(5.978)	(6.790)
Receitas financeiras	16	511	852
Resultado financeiro		(5.467)	(5.938)
Lucro antes dos impostos		12.615	10.446
Imposto de renda	17	(607)	(671)
Contribuição social	17	(318)	(335)
Lucro líquido do exercício		11.690	9.440
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,457	0,369
Quantidade de ações ao final do exercício	12	25.608.945	25.608.945

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Reserva de lucros acumulados	
Saldos em 31/12/10	27.764	335	3.437	-	-	32.557
Aumentos de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	6.837	-	-	-	-	6.837
Dividendos adicionais pagos	-	-	(3.437)	-	-	(3.437)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.440	9.440
Destinações						
Reserva legal	-	523	-	-	(523)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.676)	(1.676)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(808)	(808)
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.454	-	(7.454)	-
Saldos em 31/12/11	34.601	858	7.454	-	-	42.913
Dividendos distribuídos	-	-	(7.454)	-	-	(7.454)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.690	11.690
Destinações						
Reserva legal	-	585	-	-	(585)	-
Reserva especial	-	-	-	436	(436)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	8.329	(8.329)	-
Dividendos propostos a pagar	-	-	-	-	(340)	(340)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Saldos em 31/12/12	34.601	1.443	-	436	8.329	44.809

mativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou ven-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/12	31/12/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		12.615	10.446
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	16	5.945	6.752
Baixa de imobilizado	8	1.078	1.760
Depreciação e amortização		2.855	2.791
Lucro ajustado		22.493	21.749
Variações nos ativos e passivos			
Redução em ativos vinculados - BNDES		222	256
Redução em contas a receber		816	892
Redução (aumento) em impostos a compensar		59	(19)
Aumento (redução) de despesas antecipadas		(12)	3
Aumento (redução) em adiantamentos a funcionários		(1)	1
Redução (aumento) em adiantamentos diversos		2	(2)
Redução em fornecedores		(128)	(576)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		10	4
Redução em impostos e contribuições a recolher		2	(648)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(925)	(1.006)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		42	17
Redução (aumento) em outras obrigações		(31)	28
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.549	20.699
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	8	(1.137)	(1.570)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos		(1.137)	(1.570)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	11	(7.311)	(7.311)
Juros pagos sobre financiamentos	11	(6.017)	(6.782)
Dividendos pagos	12	(8.261)	(3.437)
Dividendos antecipados	12	(2.000)	(1.676)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(23.589)	(19.206)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(2.177)	(77)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.840	3.917
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.663	3.840
		(2.177)	(77)

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas		25.175	23.752
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	25.175	23.752
2. Insumos adquiridos de terceiros		1.942	2.586
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		1.553	2.100
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		389	486
3. Valor adicionado bruto (1-2)		23.233	21.166
4. Depreciação e amortização		2.855	2.791
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		20.378	18.375
6. Valor adicionado recebido em transferência		511	852
Receitas financeiras	16	511	852
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		20.889	19.227
8. Distribuição do valor adicionado		20.889	19.227
Pessoal		1.018	870
Remuneração direta		881	748
Benefícios		70	59
F.G.T.S		67	63
Impostos, taxas e contribuições		2.119	2.080
Federais		2.104	2.078
Estaduais		10	2
Municipais		5	-
Remuneração de capitais de terceiros		6.062	6.837
Juros	16	5.945	6.752
Aluguéis		84	47
Outras		33	38
Remuneração de capitais próprios		11.690	9.440
Dividendos		2.340	808
Lucros retidos		9.350	8.632

cida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clien-



tes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em fevereiro de 2009, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNEEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. **Autorização e indenização:** A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa no 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. f. Valor recuperável de ativos: O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeira a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. h. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. i. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. l. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. m. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (Consolidated Financial Statements). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (Fair Value Measurement). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de repulicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **4. Gerenciamento de Risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 19. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,5% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa no 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa no 11. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apre-

sentada na Nota Explicativa nº 18. • Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/12	31/12/11
Bancos	2	292
Aplicação Financeira	1.661	3.548
	1.663	3.840

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco Santander e Banco do Brasil, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a Receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos Vinculados - bndes:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. **8. Imobilizado:**

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação % (*)	31/12/12		31/12/11	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	0,00%	2.938	-	2.938	2.938
Turbina hidráulica	0,00%	14.283	1.366	12.917	13.238
Conduto forçado	2,50%	5.329	639	4.690	4.868
Gerador	3,13%	8.233	1.063	7.170	7.455
Comporta	3,33%	1.789	233	1.556	1.620
Subestação unitária	3,33%	3.416	473	2.943	3.064
Estrutura de tensão	3,57%	1.405	152	1.253	1.277
Casa de força produção hidráulica	3,57%	24.468	1.913	22.555	23.011
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	41.269	3.170	38.099	38.840
Adiantamento a fornecedores	2,00%	862	-	862	1.129
Outros	0,00%	4.976	616	4.360	4.408
	3,65%	108.968	9.625	99.343	101.848

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

Descrição	Saldo em 31/12/12			Saldo em 31/12/11		
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	2.738	-	-	2.738	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	25.592	-	(8.218)	17.374	-	-
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	6.207	-	(4.207)	2.000	-	-
Conduto forçado	14.770	76	(9.518)	5.328	-	-
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	11.321	-	(703)	10.618	-	-
Subestação unitária	44	-	3.372	3.416	-	-
Sistema de proteção contra incêndio	353	-	(339)	14	-	-
Para-raios	270	-	(217)	53	-	-
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	928	-	(921)	7	-	-
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	1.053	-	(940)	113	-	-
Outras máquinas e equipamentos	96	-	(9)	87	-	-
Móveis e utensílios	6	-	(6)	-	-	-
Instalações	-	-	-	-	-	-
Casa de força, reservatório e barragem	37.714	341	(1.755)	29.284	65.584	-
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	6.702	-	(6.598)	104	-	-
Sistema de comunicação local	-	-	36	36	-	-
Sistema dados meteorológicos/hidrológicos	-	-	-	83	83	-
Computadores e periféricos	2	2	-	21	25	-
Imobilizado em andamento	-	63	(5)	(58)	-	-
Adiantamento a fornecedores	1.303	1.088	-	(1.262)	1.129	-
	109.099	1.570	(1.760)	-	108.909	-

Descrição	Saldo em 31/12/12			Saldo em 31/12/11		
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	2.938	-	-	2.938	-	-
Turbina hidráulica	14.260	157	(134)	14.283	-	-
Conduto forçado	5.328	9	(8)	5.329	-	-
Gerador	8.232	14	(13)	8.233	-	-
Comporta	1.789	-	-	1.789	-	-
Subestação unitária	3.416	-	-	3.416	-	-
Estrutura de tensão	1.375	-	-	1.405	-	-
Casa de força produção hidráulica	24.408	17	-	24.468	-	-
Reservatório, barragem, adutora	41.176	93	-	41.269	-	-
Adiantamento a fornecedores	1.129	828	(923)	862	-	-
Outros	4.858	19	-	4.976	-	-
	108.909	1.137	(1.078)	-	108.968	-
Depreciação	(7.060)	(2.636)	72	-	(9.625)	-
Saldo	101.849	(1.499)	(1.006)	-	99.343	-

9. Diferido: Os gastos pré-operacionais R\$315 em 31 de dezembro de 2012 (R\$606 em 31 de dezembro de 2011) incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de cinco anos desde fevereiro de 2009. **10. Transações com partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletroniver S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuição de dividendos da Companhia com sua controladora.

	31/12/12	31/12/11
Passivo circulante	340	808
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	340	808

Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R\$60 (R\$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$29 mil.

11. Financiamentos:	Indexador	31/12/12	31/12/11
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		48.173	55.484
Encargos		14.177	14.249
Total		62.350	69.733
Parcela de curto prazo		7.746	7.830
Parcela de longo prazo		54.604	61.903
Total		62.350	69.733

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando a buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, com carência até julho de 2009 (originalmente junho de 2008), e cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante	Total
2014	6.826
2015	6.826
2016	6.826
2017	6.826
2018	6.825
2019 a 2021	20.475
	54.604

Mutação dos financiamentos em 2012

Saldo inicial	69.733
Encargos provisionados	5.945
Pagamentos	(13.328)
Saldo final	62.350

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da São Simão Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	44.809
Total do ativo	108.703
ICP	41,22%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **12. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$34.601. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$34.601 e está representado por 25.608.945 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. Reserva de Retenção de Lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$8.261, foram antecipados dividendos do exercício 2012, no valor de R\$2.000. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	11.690
(-) Reserva legal	(585)
(=) Base de cálculo do dividendo	11.105
Dividendos obrigatórios	2.776
(-) Reserva especial	436
(-) Dividendos obrigatórios a pagar	2.340
(-) Reserva de retenção de lucros	8.329

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída. Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, a Companhia é parte de processos judiciais de natureza administrativa, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de aproximadamente R\$18 mil e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas.

14. Conciliação da Receita Operacional Líquida:	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta	25.175	23.572
Venda de energia elétrica	25.175	23.572
Deduções à receita operacional	(919)	(867)
PIS	(164)	(164)
COFINS	(755)	(713)
Receita operacional líquida	24.256	22.885

15. Despesas Administrativas, Gerais e Outras Operacionais:	31/12/12	31/12/11
Despesas com pessoal operacional	781	662
Despesas com pessoal administrativo	479	405
Serviços de terceiros (auditoria e consultorias)	162	275
Viagens	104	141
Publicação	38	33
Arrendamentos e aluguéis	84	47
Outras despesas	117	46
	1.765	1.609

16. Resultado Financeiro:	31/12/12	31/12/11
Despesas financeiras:	(5.978)	(6.790)
Despesas bancárias	(25)	(26)

Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (5.945) (6.752)
Outras despesas (8) (12)
Receitas financeiras: 511 852
Rendimentos de aplicações em renda fixa 489 652
Outras receitas 22 200
Resultado financeiro (5.467) (5.938)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR (*)	CSLL	IR (*)	CSLL
Receita bruta	25.175	25.175	23.572	23.572
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%		